

Exmo. Senhor,
Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação,
Juventude e Desporto,
Deputado Luís Graça,

S. Bento, 24 de fevereiro de 2023

Assunto: Audição, com caráter de urgência, do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol relativamente à eventual fuga fiscal e à segurança social em contratos celebrados por essa entidade

Foi noticiado que o Ministério Público estará a investigar suspeitas de crime fiscal na forma como Federação Portuguesa de Futebol (FPF) pagou os salários a Fernando Santos e à equipa técnica da seleção nacional de futebol masculino. Em setembro de 2014, a Federação Portuguesa de Futebol terá realizado um contrato de prestação de serviços com a empresa do selecionador, a Femacosa, criada nesse mesmo ano. Segundo o jornal Expresso, o selecionador terá recebido, em 2016 e 2017, através desta empresa, 10 milhões de euros (tendo 25% sido transferido para sociedades entretanto criadas pelos Adjuntos). Mas apenas declarou e pagou IRS sobre o salário anual de 70 mil.

Essa forma de pagamento dos salários esteve na origem da exigência da liquidação de 4,5 milhões de euros de impostos feita pela Autoridade Tributária, que considerou que, com esta fórmula, o selecionador terá tentado fugir ao pagamento de impostos mais elevados por via do IRS. Fernando Santos terá perdido o processo contra a Autoridade Tributária a propósito deste tipo de contrato. Existe ainda outra vertente deste tipo de pagamentos: a contribuição para a Segurança Social.

Agora, notícias recentes relativas à contratação de Roberto Martinez dão conta de que a Federação Portuguesa de Futebol, “até ao momento, não revelou quanto vai pagar ao novo

seleccionador e recusa-se a explicar que tipo de contrato vai celebrar com a equipa técnica do treinador espanhol: se continua a querer contratar tudo em pacote, a uma empresa que coordena a equipa técnica, ou se celebrará contratos individuais”.

A Federação Portuguesa de Futebol é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, de utilidade pública, constituída sob a forma de associação de direito privado, que tem por principal objetivo promover, regulamentar e dirigir o ensino e a prática do futebol em todas as variantes e competições, com competência exclusiva em Portugal para organizar Seleções Nacionais da modalidade.

O carácter de utilidade pública desta entidade e a importância que esta modalidade desportiva assume impõem à FPF uma obrigação de transparência e rigor. As suspeitas de fuga aos impostos e à segurança social são contrárias essa obrigação. Por tudo isto, é essencial o cabal esclarecimento sobre os mecanismos de pagamento e os contratos celebrados pela FPF.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição, com carácter de urgência, do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol relativamente à eventual fuga fiscal e à segurança social na tipologia dos contratos celebrados por essa entidade.

As Deputadas do Bloco de Esquerda,
Mariana Mortágua e Joana Mortágua